

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto a seguir serve para as questões 01 a 05. Leia-os atentamente.

Por que obras públicas atrasam tanto?

Incompetência, corrupção, burocracia? Em todas as esferas de governo - União, Estado e municípios - obras se arrastam prejudicando a população e trazendo prejuízos econômicos graves à sociedade

Publicado em 04/11/2017 às 18h40
Atualizado em 05/11/2017 às 07h03

A LEGISLAÇÃO É ULTRAPASSADA

Enio Bergoli é diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES)

Os atrasos na condução de obras públicas no Brasil são decorrentes de uma conjugação de muitos fatores. Em síntese, dificultam a execução dos investimentos públicos: marco regulatório das contratações públicas e suas implicações, planejamento das obras, desapropriações, interferências decorrentes da ocupação desordenada do solo, mecanismos de controle público, gestão e qualificação de instituições públicas e privadas e licenciamentos, dentre outros.

A legislação para contratações públicas é ultrapassada, incorre em excesso de burocracia e contribui para dilatar prazos.

A lógica atual, onde a administração define todos os aspectos de execução da obra, engessa o escopo dos serviços, afasta novas soluções técnicas, dificulta as alterações cotidianas na dinâmica de uma obra de engenharia e colabora para eventuais atrasos.

Uma nova legislação deve ter foco no desempenho da contratada, concedendo maior liberdade para a busca de soluções técnicas e menor interferência estatal. Em decorrência, o privado deve assumir maior responsabilidade na condução dos empreendimentos.

O fracasso das contratações, a morosidade e a paralisação de obras públicas também são decorrentes de deficiências no planejamento, no projeto. O projeto de engenharia é item essencial, complexo e determinante para o sucesso de uma obra. As consequências de projetos frágeis passam por retardamento na execução, aditivos e até rescisão contratual da obra.

Países do Primeiro Mundo valorizam mais a fase de planejamento. Por exemplo, a obra do Canal da Mancha, que liga a França e a Inglaterra, levou sete anos para ficar pronta. O projeto levou mais de dez. Precisamos romper com a cultura do curto prazo.

O processo de desapropriação de áreas e benfeitorias é lento. Embora as obras públicas sejam de interesse social, há demora na tramitação dos processos judiciais para que os governos possam ter a posse e iniciar o investimento.

Também é comum nas cidades brasileiras a ocupação do solo de forma desordenada e sem planejamento para a habitação e infraestrutura decorrente desse processo, como redes de água, esgoto, energia e de dados. Em decorrência, as obras de engenharia estão sujeitas a essas diversas interferências.

Para romper com a cultura do atraso nas obras, motivada por muitos fatores, há a necessidade de muitas frentes de trabalho para que ocorram mudanças no público e no privado.

Não é o caso de reduzir o controle e a fiscalização, mas de agilizar os processos. Melhorar a legislação, valorizar o planejamento, contratar de forma realista e controlar com um olhar de empreender fariam um Brasil melhor.

1. Para tratar sobre a demora em se concluir obras públicas, inicialmente, o autor do texto 01 evidencia que o fator prioritário dessa demora é

- a) a inércia dos órgãos de controle;
- b) uma falha no planejamento dos projetos;
- c) a corrupção dos agentes públicos e executores;
- d) uma legislação defasada e arcaica;
- e) a morosidade das decisões de intervenções nos projetos executados.

2. O autor do texto 01 aponta um procedimento comumente visto em nosso país como um dos responsáveis pelo ritmo moroso das obras públicas brasileiras. Segundo o autor,

- a) no Brasil, a fase de planejamento é sempre vilipendiada;
- b) no nosso país, a fase de execução dos projetos comumente possui riscos;
- c) no contexto nacional, o projeto de engenharia não tem sua relevância, por vezes apresenta-se frágil e mal elaborado;
- d) no Brasil, o planejamento e a execução de uma obra pública são morosos e corrompidos;
- e) nacionalmente, há duas culturas que interferem no bom andamento das obras públicas: a cultura do atraso e a da corrupção.

3. Tendo por base as regras de acentuação das palavras constantes na atual Gramática oficial brasileira

- a) as palavras *pública*, *interferências* e *regulatórias* são acentuadas por se tratarem de paroxítonas terminadas em a seguidas ou não de g;
- b) os vocábulos *técnicas*, *lógica* e *síntese* são acentuados por se tratarem de proparoxítonas;
- c) o vocábulo *forma* em “contratar de forma realista”, está corretamente grafado pois, no sentido em uso, não possui mais o acento diferencial;
- d) a palavra *consequência* pode tanto ser grafada sem o trema, como com tal sinalização, estando também correta a grafia *consequência*;
- e) as palavras *até*, *é* e *há* são acentuadas pois tratam-se de monossílabos átonos terminados em vogais.

4. De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, a palavra *infraestrutura* deve ser grafada corretamente sem o hífen que outrora separava a palavra. A regra que hoje orienta a sua ortografia também justifica a correta grafia de

- a) girassol.
- b) autosserviço.
- c) micro-ondas.
- d) autoescola.
- e) interestadual.

5. No trecho “engessa o escopo dos serviços”, a palavra em destaque pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- a) corpo
- b) esboço

- c) alicerce
- d) início
- e) fíto

Leia a tira para responder às questões 6 e 7.



Disponível em: <http://rapaduracult.blogspot.com.br/2013/03/anesia-e-o-ovo-da-pascoa.html>. Acesso em 25 fev. 2018

6. Sobre os aspectos sintáticos da tira, observa-se que, no 4º quadrinho, para adequá-lo à norma, faz-se necessário operar uma adequação relacionada à

- a) regência nominal.
- b) regência verbal.
- c) concordância verbal.
- d) concordância nominal.
- e) colocação pronominal.

7. O uso da vírgula, no 1º balão, justifica-se pela presença de um

- a) sujeito.
- b) vocativo.
- c) adjunto adverbial.
- d) objeto direto.
- e) predicativo do sujeito.

Observe o texto para responder a questão 8.



Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/estado/lei-estadual-proibe-bebidas-alcoolicas-a-menores>. Acesso em: 25 fev. 2018

8. No texto principal da placa, o desvio de concordância se deve

- a) à flexão do substantivo “venda”.
- b) à ausência de artigo antes do núcleo do sujeito.
- c) ao adjetivo predicativo “proibido”, o qual deveria ser “proibida”.

- d) ao complemento nominal “de bebidas alcoólicas”.
- e) à presença do verbo de ligação “é”, que obriga a existência de um predicativo.

09. Em relação ao orçamento público, é correto afirmar que:

- a) a Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais especiais e a contratação de operações de crédito.
- b) a Lei Orçamentária Anual é uma lei de iniciativa, em conjunto, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual é, constitucionalmente, proibido.
- d) os sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados, são inexistentes no orçamento programa.
- e) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha qualquer parcela do capital social com direito a voto.

10. Os princípios orçamentários asseguram o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento. Sobre os princípios orçamentários, assinale a afirmativa correta:

- a) De acordo com o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária.
- b) De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve compreender todas as receitas e os gastos necessários para a manutenção do serviço público.
- c) De acordo com o princípio da especificação, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.
- d) De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano.
- e) De acordo com o princípio da clareza, o orçamento, como instrumento de controle prévio, deve chegar ao conhecimento dos representantes do povo e da comunidade.

11. Sobre as normas gerais do Direito Financeiro, é correto afirmar:

- a) Ao julgar irregulares as contas do chefe do Poder Executivo, o TCU, no exercício de suas competências, deverá ajuizar as ações civis e penais cabíveis.
- b) Segundo a classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64, a receita pública proveniente de amortização de empréstimos corresponde à receita de capital e a despesa realizada para aquisição de imóveis já em utilização classifica-se como inversões financeiras.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a prática da renúncia de receitas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) De acordo com a Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas previstas e as despesas fixadas.
- e) A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a lei complementar sobre finanças públicas, acrescentou novas normas ao planejamento estatal estabelecido pela Constituição Federal, revogando por completo a Lei nº 4.320/64.

12. Segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é correto afirmar sobre a composição da Corte:

- a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e sete anos que, obrigatoriamente, tenham formação superior em Direito ou Contabilidade.

- b) O Tribunal de Contas do Estado do Piauí será integrado por três Conselheiros de livre escolha pelo Governador do Estado.
- c) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí gozam das garantias vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.
- d) A Corte de Contas é composta por sete Conselheiros, sendo escolhidos, alternadamente, entre Auditores e Membros do Ministério Público de Contas, indicados em lista tríplice elaborada pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- e) Quatro Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão escolhidos entre os deputados que compõem a Assembléia Legislativa.

13. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades, exercida pelo Congresso Nacional e por parte de cada Poder NÃO abrange aspectos de:

- a) economicidade.
- b) aplicação de subvenções.
- c) legitimidade.
- d) instituição de tributos.
- e) renúncia de receitas.

14. Em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), previstos para cada esfera de Governo pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- b) as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- d) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.
- e) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.

15. Sobre o Windows Explorer marque a verdadeira.

a)É o Sistema Operacional mais utilizado do mundo, visto que o Linux que é seu concorrente geralmente não têm as mesmas facilidades de uso e não suporta jogos.

b)Em uma pasta com muitos arquivos desejar-se identificar facilmente os arquivo que foram criados mais recentemente, para isto basta usar Modo de Exibição “Detalhes” e clicar sobre a coluna “Recentes”

c)Tem o conceito de Bibliotecas na organização dos arquivos. Por padrão tem-se 4 bibliotecas: Documentos, Vídeo, Imagens e Músicas, e ainda a opção para adicionar novas bibliotecas.

d)Para ter acesso mais rápido a uma pasta específica pode-se criar um Atalho. Para isso, clica-se com botão direito do mouse sobre a pasta depois em Propriedades > aba Localização > Opção “Enviar para área de trabalho (criar arquivo)”

e)O Windows Explorer pode ser desativado por meio do painel de controle, basta que seja instalado o Google Drive no Windows para este fique com o controle dos arquivos do Sistema.

16. No MS Excel, os dados, numéricos ou textuais, são organizados em células. Quando o valor da coluna for maior que a área disponível podemos juntar duas ou mais células tornando-as como se fosse apenas uma. Como se chama essa operação:

- a)Unir
- b)Formatar
- c)Split
- d)Compactar
- e)Mesclar

17. Documentos acadêmico ou oficiais geralmente têm uma formatação de página a ser obedecida. Sobre formação de páginas e documentos no MS Word marque a alternativa incorreta:

a)Para ajustar as distâncias das margens do documento pode-se clicar (duplo) sobre a régua, na tela que surgir escolher a aba Margens e ajustar os valores individualmente.

b)Dados tabulares quando inseridos em documento do Word podem ocupar muito espaço horizontal. Neste caso é melhor mudar a orientação da página de Paisagem para Retrato, na guia(aba) Layout da Página, obtendo assim uma página com mais espaço horizontal para incluir uma tabela com várias colunas

c)Documentos Oficiais têm, geralmente, em todas as páginas um parte superior com brasão e nomes das instituições, e na parte inferior do costuma também ter uma informação ser repetida em todas as páginas, os recursos do Word que auxiliam nesta tarefa estão disponíveis na guia(aba) Inserir.

d)Em um documento de 100 páginas, na tela de Impressão pode-se optar por imprimir apenas as páginas ímpares ou só as pares. Ainda é possível especificar de um única vez a impressão, por exemplo, das páginas de 1 a 25, a página 53 e ainda as páginas 98 a 100.

e)Ao concluir um documento ou a qualquer momento pode-se fazer varreduras em busca de erros. Essa opção encontra-se na guia(aba) Revisão.

18. Maria acaba de instalar um software construído para geração de etiquetas no Windows 7. Para que o relatório com as 3 colunas de etiquetas fiquem corretamente exibidas no monitor o manual recomenda usar resolução de vídeo de 800 x 600. Marque a alternativa correta sobre resolução de vídeo no Windows 7.

a) Para se alterar a resolução de vídeo deve-se acessar o Painel de Controle a partir do menu iniciar, depois marcar Exibir por Categoria, depois basta selecionar “Ajustar a resolução da tela na categoria “Hardware e Vídeo”.

b) No Windows 7 não é possível ajustar a resolução de vídeo pelo sistema, visto que essa é uma propriedade do equipamento (monitor), portanto deve-se ajustá-la por meio dos botões no próprio monitor.

c) Na área de trabalho por meio do menu contexto acessa-se diretamente a opção Resolução de Tela, que leva a uma janela onde o usuário pode selecionar sua opção dentre diversas opções de resolução de vídeo.

d) Resolução de vídeo é feita automaticamente pelo Windows 7 de acordo com as especificações do arquivo “README” que todo programa Windows contém.

e) Se o computador tiver uma placa de vídeo dedicada (não-integrada), as configurações de vídeo são feitas exclusivamente por meio do programa da placa de vídeo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. No programa AutoCAD, ao se desenvolver o desenho de um polígono no *model space*, foi definida a dimensão de 1.0 para todos os elementos individuais feitos pelo comando LINE. Caso se quisesse calcular a área do mesmo, uma das maneiras possíveis é efetuar o comando:

a) AREA, ativar a opção OBJECT, clicar na figura e confirmar.

b) BOUNDARY, clicar em qualquer ponto no interior da figura, confirmar, e então ativar o comando AREA, selecionar a POLYLINE criada e confirmar.

c) PEDIT, ativar a opção MULTIPLE, selecionar os elementos, confirmar, usar a opção CLOSE, confirmar, e então ativar o comando AREA e confirmar.

d) JOIN, selecionar os elementos, confirmar, e então ativar o comando AREA, clicar em qualquer ponto no interior da figura e confirmar.

e) POLYGON, digitar o número de lados, confirmar, e então ativar o comando AREA, clicar na figura e confirmar.

20. Historicamente, as construções têm sido descritas por meio de um sistema ortogonal de desenho bidimensional. Para elaboração de apresentações e desenhos arquitetônicos é correto dizer que

a) qualquer superfície não-paralela a um dos planos principais de fachada será representada de forma proporcional à verdadeira grandeza, enquanto as superfícies paralelas aos planos principais produzem formas distorcidas.

b) a vista ou a fachada de uma construção apresenta as relações entre as dimensões horizontais, a disposição do volume e a escala de proporção dos vãos. Também apresenta a posição das portas e janelas, assim como os padrões e texturas dos materiais da construção.

c) um corte é análogo a planta baixa, exceto pelo fato de que o plano de corte é vertical.

d) vistas de projeto normalmente não mostram os pilares das fundações em relação à linha de terra, ao contrário, mostram uma hachura ou um corte sólido no volume do terreno ou uma linha de corte entre o terreno e o ar livre.

e) uma planta de cobertura apresenta a forma global e a configuração detalhada da estrutura do telhado, com isso, em plantas de cobertura de construções residenciais, as linhas características a serem representadas são linhas, caibros e terças.

21. A fórmula de Blondel, também conhecida como cálculo de escadas, teve grande importância a partir do aumento na demanda de construções de edificações com dois ou mais andares nas metrópoles em geral, com isso, procurava-se construir uma escada confortável para os projetos, então, a necessidade de padronizá-las. Ao elaborar o levantamento arquitetônico de uma escada residencial regulamentada pelo código de Obras de Teresina, foi conferido as dimensões do espelho dos degraus ($h = 17\text{cm}$), a largura da escada ($L = 165\text{cm}$) e pé direito ($PD = 415\text{cm}$). No entanto, foi esquecido a dimensão do piso (p). Segundo a conhecida fórmula de Blondel:

- a) $p = 28$ e a escada não é confortável.
- b) $p = 30$ e a escada não é confortável.
- c) $p = 32$ e a escada é confortável.
- d) $p = 33$ e a escada é confortável.
- e) $p = 29$ e a escada é confortável.

22. Conforme a NBR 9050:2015, as medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento

- a) para rotação de $90^\circ = 0,80\text{ m} \times 1,20\text{ m}$; para rotação de $180^\circ = 1,50\text{ m} \times 1,20\text{ m}$;
- b) para rotação de $90^\circ = 1,20\text{ m} \times 1,20\text{ m}$; para rotação de $180^\circ = 1,50\text{ m} \times 1,20\text{ m}$;
- c) para rotação de $90^\circ = 1,20\text{ m} \times 1,20\text{ m}$; para rotação de $360^\circ =$ círculo com diâmetro de $1,20\text{ m}$.
- d) para rotação de $90^\circ = 1,50\text{ m} \times 1,50\text{ m}$; para rotação de $180^\circ = 1,50\text{ m} \times 1,20\text{ m}$;
- e) para rotação de $180^\circ = 1,20\text{ m} \times 1,20\text{ m}$; para rotação de $360^\circ =$ círculo com diâmetro de $1,50\text{ m}$.

23. Entre as regras do Código de Obras de Teresina, encontram-se as que se referem as escadas de uso coletivo, que recomenda

a) toda escada deve ser disposta de forma a assegurar passagem com altura livre igual ou superior a $2,10\text{ m}$ (dois metros e dez centímetros) onde couber.

b) que as larguras mínimas das escadas de uso coletivo devem ser de $1,20\text{ m}$ (um metro e vinte centímetros), no caso de edificações para hospitais, clínicas e similares, escolas e locais de reuniões esportivas, recreativas, sociais e culturais;

c) são obrigatórios patamares intermediários nas escadas retas, quando o lance da escada precisar vencer altura superior a $2,50\text{ m}$ (dois metros e cinquenta centímetros).

d) as escadas construídas para atender a mezaninos e áreas privadas de qualquer edificação deve ter piso antiaderente.

e) escadas para áreas técnicas, de acesso restrito a pessoal habilitado deverão ser escadas feitas em concreto.

24. Considerando os aspectos construtivos de especificação e detalhamento em edifícios, assinale a alternativa verdadeira.

- a) Nos telhados, escoras e empenas são elementos de apoio à montagem.
- b) Para a obra, é correto e suficiente a cotagem das louças e acessórios das áreas molhadas.
- c) A parte móvel das portas, que permite ou não a passagem, é chamada de guarnição.
- d) Um caderno de encargo e especificações tem por finalidade não apenas detalhar aspectos dos produtos a serem empregados em uma obra, mas a própria natureza dos procedimentos técnicos de instalação e serviços de cada etapa da obra.
- e) Quando a paginação de piso ou revestimento apresentar peças quadradas, é dispensável que seja indicado o início de sua paginação pois todas as peças são iguais.

25. São elementos estruturais de sustentação do pano de alvenaria da parte superior das aberturas:

- a) Pilares;
- b) Vigas;
- c) Vergas;
- d) Pendural;
- e) Peitoril;

26. A cadeira Barcelona, criada para o Pavilhão Alemão da Exposição Internacional de Barcelona, de 1929, foi criada pelo arquiteto:

- a) Ludwig Mies van der Rohe;
- b) Le Corbusier;
- c) Ernest Neufert;
- d) Oscar Niemeyer;
- e) Antoni Gaudí;

27. O piso tátil de alerta deve ser colocado para indicar, exceto:

- a) Mobiliário suspenso;
- b) Locais de maior utilização como, por exemplo, banheiros;
- c) Início e fim de escadas;
- d) Mudanças de rota;
- e) Bifurcação;

28. De acordo com a NBR 8403 – Aplicação de linhas em desenhos, a ordem correta de prioridade para representação de linhas de projeção coincidentes (da mais importante para a menos importante), é a seguinte:

- a) Arestas e contornos visíveis, linhas de centro e eixo de simetria, arestas e contornos não visíveis, linhas de cota e linhas auxiliares;
- b) Arestas e contornos visíveis, arestas e contornos não visíveis, linhas de centro e eixo de simetria, linhas de cota e linhas auxiliares;

c)Arestas e contornos visíveis, linhas de cota e linhas auxiliares, arestas e contornos não visíveis, linhas de centro e eixo de simetria;

d)Linhas de cota e linhas auxiliares, arestas e contornos não visíveis, arestas e contornos visíveis, linhas de centro e eixo de simetria;

e)Linhas de cota e linhas auxiliares, linhas de centro e eixo de simetria, arestas e contornos não visíveis, arestas e contornos visíveis;

29. De acordo com a NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura, uma planta de locação deve conter alguns elementos específicos. São dois dos elementos específicos de uma planta de locação e não de outros desenhos:

a)Curvas de nível existentes e projetadas, além de eventual sistema de coordenadas referenciais + indicação das vias de acesso, vias internas, estacionamento, áreas cobertas, taludes e platôs;

b)Indicação das vias de acesso, vias internas, estacionamento, áreas cobertas, taludes e platôs + indicação do norte;

c)Indicação dos limites externos das edificações: recuos e afastamentos + indicação do norte;

d)Perímetro do terreno, marcos topográficos, cotas gerais, níveis principais + indicação dos limites externos das edificações recuos e afastamentos;

e)Linhas de cota e linhas auxiliares, arestas e contornos visíveis, arestas e contornos não visíveis, linhas de centro e eixo de simetria+ escalas;

30. De acordo com a NBR 9050 – – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, as alturas recomendadas para a instalação de diferentes tipos de comandos e controle variam entre:

a)0,80m e 1,20m;

b)0,40m e 1,20m;

c)0,80m e 1,00 m;

d)0,60m e 1,00m;

e)0,40m e 1,00;